

São Paulo, 24 de março de 2021.

Ao Banco Central do Brasil

Assunto: Remessa eletrônica de demonstrações financeiras.

Senhores:

1. Objetivando atender a Circular nº 3.964, de 25/9/2019, emitida pelo BCB, que dispõe sobre a remessa eletrônica de demonstrações financeiras de publicação obrigatória para fins de constituição da Central de Demonstrações Financeiras do Sistema Financeiro Nacional, encaminhamos os seguintes documentos:

Data Base:	12/2020
Documentos:	(x) Balanço Patrimonial (x) Demonstração do Resultado (x) Demonstração dos Fluxos de Caixa (x) Demonstração da Mutação do Patrimônio Líquido (x) Demonstração do Resultado Abrangente (x) Notas Explicativas (x) Relatório de Auditoria Independente (x) Relatório da Administração
Data publicação:	24/03/2021
Sítio publicação: eletr�nico	http://www.sicoobcentralcecresp.coop.br/

2. Informamos que a administração desta cooperativa se responsabiliza pelo cont do dos documentos contidos neste arquivo.

Atenciosamente,

**Central das Cooperativas de Crédito do Estado de São Paulo – SICOOB
CENTRAL CECRESP
CNPJ: 62.931.522/0001-64**

Luiz Fabiano Santos de Andrade
Diretor Responsável pela Contabilidade

Fernando Guglielmelli da Silva
Contador /CRC – 1SP251999/O-4

CECRESP - CENTRAL DAS COOPERATIVAS DE CRÉDITO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SICOOB CENTRAL CECRESP
BALANÇO PATRIMONIAL

Descrição	Notas	31/12/2020	31/12/2019
ATIVO		1.786.585.953,60	1.629.742.846,18
Circulante		1.020.686.513,54	998.297.160,69
Caixa e Equivalentes de Caixa	4	819.739.426,65	685.384.237,39
Disponibilidades		4.305,29	41.041,14
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	5	743.459.277,27	659.168.027,26
Títulos e Valores Mobiliários	6	76.275.844,09	26.175.168,99
Instrumentos Financeiros		195.097.070,36	298.402.413,83
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	5	112.924.046,34	164.531.138,71
Títulos e Valores Mobiliários	6	82.173.024,02	133.871.275,12
Operações de Crédito	7	2.436.160,42	9.528.682,72
Empréstimos e Direitos Creditórios Descontados		2.448.402,43	9.599.102,90
(-) Provisão para Empréstimos e Direitos Creditórios Descontados		(12.242,01)	(70.420,18)
Outros Créditos	8	2.673.420,00	4.460.259,64
Rendas a Receber		21,04	20,36
Diversos		2.588.565,77	4.384.866,23
Ativos Fiscais Correntes e Diferidos		84.833,19	75.373,05
Outros Valores e Bens	9	740.436,11	521.567,11
Despesas Antecipadas		740.436,11	521.567,11
Não Circulante		765.899.440,06	631.445.685,49
Realizável a Longo Prazo		629.035.824,60	503.700.923,63
Instrumentos Financeiros		623.618.153,14	495.561.348,15
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	5	5.045.093,86	123.120.970,55
Títulos e Valores Mobiliários	6	618.573.059,28	372.440.377,60
Operações de Crédito	7	2.831.381,13	5.491.373,20
Empréstimos e Direitos Creditórios Descontados		2.845.609,17	5.518.968,04
(-) Provisão para Empréstimos e Direitos Creditórios Descontados		(14.228,04)	(27.594,84)
Outros Créditos	8	2.444.881,98	2.388.391,18
Devedores por Depósitos em Garantia		2.444.881,98	2.388.391,18
Outros Valores e Bens	9	141.408,35	259.811,10
Despesas Antecipadas		141.408,35	259.811,10
Permanente		136.863.615,46	127.744.761,86
Investimentos	10	131.736.016,33	120.655.575,34
Participação em Instit. Fin. Controlada por Cooperativa Crédito		118.384.885,73	109.024.513,00
Participações em Cooperativa exceto Coop. Central de Crédito		11.085.598,31	11.085.598,31
Participações Empr Controlada Coop Central Crédito		1.260.532,29	540.464,03
Outras Participações		1.005.000,00	5.000,00
Imobilizado de Uso	11	1.915.171,56	3.295.834,66
Imobilizado de Uso		4.758.657,19	6.135.968,03
(-) Depreciação Acumulada do Imobilizado		(2.843.485,63)	(2.840.133,37)
Intangível	12	3.212.427,57	3.793.351,86
Ativos Intangíveis		8.895.096,27	8.768.443,27
(-) Amortização Acumulada dos Ativos Intangíveis		(5.682.668,70)	(4.975.091,41)
Total do Ativo		1.786.585.953,60	1.629.742.846,18

Descrição	Notas	31/12/2020	31/12/2019
PASSIVO		1.652.324.002,84	1.496.391.154,69
Circulante		1.652.324.002,84	1.496.352.946,91
Depósitos	13	1.586.470.380,91	1.413.408.776,87
Depósitos à Prazo		1.586.470.380,91	1.413.408.776,87
Relações Interfinanceiras	14	47.635.286,87	60.397.305,39
Centralização Financeira - Cooperativas		47.635.286,87	60.397.305,39
Outras Obrigações	15	18.218.335,06	22.546.864,65
Sociais e Estatutárias	15.1	14.655.833,24	16.051.367,68
Obrigações Fiscais Correntes e Diferidas	15.2	607.922,01	792.247,69
Diversas	15.3	2.954.579,81	5.703.249,28
Não Circulante		-	38.207,78
Outras Obrigações		-	38.207,78
Provisões Trabalhistas, Fiscais e Cíveis	15.3	-	38.207,78
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		134.261.950,76	133.351.691,49
Capital Social	17	121.696.733,93	121.054.075,98
De Domiciliados No País	17 a	121.696.733,93	121.054.075,98
Reserva de Sobras	17 b	10.195.667,20	10.109.073,97
Sobras ou Perdas Acumuladas	17 f	2.369.549,63	2.188.541,54
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido		1.786.585.953,60	1.629.742.846,18

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

-

-

CECRESP - CENTRAL DAS COOPERATIVAS DE CRÉDITO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SICOOB CENTRAL CECRESP
DEMONSTRAÇÃO DE SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS

Descrição	Notas	2º Sem 2020	31/12/2020	2º Sem 2019	31/12/2019
Ingresso/Receita da Intermediação Financeira		16.496.813,63	42.441.075,19	42.761.754,47	88.999.124,38
Operações de Crédito	20	141.555,78	536.584,41	443.144,24	1.054.324,57
Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	5	10.160.068,02	27.196.872,40	24.814.335,43	51.422.948,84
Resultado de Operações com Tít. e Valores Mobil. e Instr. Financeiros	6	6.195.189,83	14.707.618,38	17.504.274,80	36.521.850,97
Dispêndio da Intermediação Financeira	21	(15.201.172,03)	(39.549.756,64)	(40.320.786,02)	(86.066.607,01)
Operações de Captação no Mercado	13.b	(15.242.859,06)	(39.621.301,61)	(39.058.900,90)	(81.681.382,27)
Dispêndios de Depósitos Intercooperativos		-	-	(1.688.081,43)	(4.457.159,15)
Provisão/Reversão para Operações de Créditos		41.687,03	71.544,97	426.196,31	71.934,41
Resultado Bruto da Intermediação Financeira		1.295.641,60	2.891.318,55	2.440.968,45	2.932.517,37
Outros Ingressos/Receitas (Dispêndios/Despesas) Operacionais		80.943,05	1.856.679,29	421.390,49	6.046.567,15
Receita (Ingressos) de Prestação de Serviço		182.232,03	277.849,88	276.752,57	571.806,12
Despesa (Dispêndios) de Pessoal	23	(8.857.045,61)	(20.090.915,20)	(11.479.828,53)	(23.159.195,79)
Despesas (Dispêndios) Administrativas	24	(4.238.131,79)	(8.194.992,63)	(5.445.160,11)	(9.257.655,78)
Despesas (Dispêndios) Tributárias		(85.165,06)	(162.960,55)	(111.595,70)	(231.465,71)
Resultado de participações em coligadas e controladas		4.190.694,20	10.251.654,01	2.306.173,55	7.685.658,19
Outras Receitas (Ingressos) Operacionais	25	8.888.498,04	19.776.195,04	14.889.658,07	30.476.901,50
Outras Despesas (Dispêndios) Operacionais	26	(138,76)	(151,26)	(14.609,36)	(39.481,38)
Resultado Operacional		1.376.584,65	4.747.997,84	2.862.358,94	8.979.084,52
Outras Receitas e Despesas	27	(907.207,32)	(907.207,32)	(4.286,56)	54.712,39
Lucros em Transações com Valores e Bens		2.065,66	2.065,66	665,31	58.227,85
Prejuízos em Transações com Valores e Bens		(947.967,70)	(947.967,70)	(4.951,87)	(4.951,87)
Outras Receitas		73.403,00	73.403,00	-	2.209,36
Outras Despesas		(34.708,28)	(34.708,28)	-	(772,95)
Resultado Antes da Tributação e Participações		469.377,33	3.840.790,52	2.858.072,38	9.033.796,91
Participações nos Resultados de Empregados		(7.021,39)	(283.089,97)	-	(458.993,65)
Sobras/Perdas Antes das Destinações		462.355,94	3.557.700,55	2.858.072,38	8.574.803,26
Destinações Legais e Estatutárias		-	2.087.864,03	-	(1.574.155,91)
FATES		-	(14.084,28)	-	(564.059,81)
Reserva Legal		-	(84.505,68)	-	(1.010.096,10)
Reversões de Reservas		-	2.186.453,99	-	-
Resultado Antes dos Juros ao Capital		462.355,94	5.645.564,58	2.858.072,38	7.000.647,35
Juros ao Capital	19	(3.276.014,95)	(3.276.014,95)	(4.812.105,81)	(4.812.105,81)
Sobras/Perdas Líquidas		(2.813.659,01)	2.369.549,63	(1.954.033,43)	2.188.541,54

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

CECRESP - CENTRAL DAS COOPERATIVAS DE CRÉDITO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SICOOB CENTRAL CECRESP
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Eventos	Capital		Reservas de Sobras		Sobras ou Perdas Acumuladas	Totais
	Notas	Capital Subscrito	Reserva Legal	Expansão		
Saldo em 31/12/2018		112.136.654,59	7.889.665,39	-	6.025.473,25	126.051.793,23
Destinações de Sobras Exercício Anterior:		-	-	-	-	-
Ao FATES		-	-	-	(598.329,49)	(598.329,49)
Constituição de Reservas		-	1.209.312,48	-	(1.209.312,48)	-
Em Conta Corrente do Associado		-	-	-	(3.957.467,83)	(3.957.467,83)
Cotas de Capital à Pagar - Ex associados		-	-	-	(260.363,45)	(260.363,45)
Movimentação de Capital:		-	-	-	-	-
Por Subscrição/Realização		23.442.824,71	-	-	-	23.442.824,71
Por Devolução (-)		(18.901.982,31)	-	-	-	(18.901.982,31)
Sobras ou Perdas Brutas		-	-	-	8.574.803,26	8.574.803,26
Remuneração de Juros ao Capital:		-	-	-	-	-
Provisão de Juros ao Capital		-	-	-	(4.812.105,81)	(4.812.105,81)
Juros ao Capital		4.376.578,99	-	-	-	4.376.578,99
FATES - Atos Não Cooperativos		-	-	-	(395.710,46)	(395.710,46)
Destinação das Sobras aos fundos obrigatórios:		-	-	-	-	-
Fundo de Reserva		-	1.010.096,10	-	(1.010.096,10)	-
F A T E S		-	-	-	(168.349,35)	(168.349,35)
Saldo em 31/12/2019		121.054.075,98	10.109.073,97	-	2.188.541,54	133.351.691,49
Destinações de Sobras Exercício Anterior:		-	-	-	-	-
Constituição de Reservas		-	-	2.188.541,54	(2.188.541,54)	-
Movimentação de Capital:		-	-	-	-	-
Por Subscrição/Realização	17	15.500.150,12	-	-	-	15.500.150,12
Por Devolução (-)		(17.820.666,32)	-	-	-	(17.820.666,32)
Reversões de Reservas		-	2.087,55	-	(2.087,55)	-
Sobras ou Perdas Brutas		-	-	-	3.557.700,55	3.557.700,55
Remuneração de Juros ao Capital:		-	-	-	-	-
Provisão de Juros ao Capital		-	-	-	(3.276.014,95)	(3.276.014,95)
Juros ao Capital		2.963.174,15	-	-	-	2.963.174,15
Destinação das Sobras aos fundos obrigatórios:		-	-	-	-	-
Fundo de Reserva		-	84.505,68	-	(84.505,68)	-
Reversões de Reservas		-	-	(2.188.541,54)	2.188.541,54	-
F A T E S		-	-	-	(14.084,28)	(14.084,28)
Saldo em 31/12/2020		121.696.733,93	10.195.667,20	-	2.369.549,63	134.261.950,76
Saldo em 30/06/2019		116.211.267,41	9.098.977,87	-	5.716.730,88	131.026.976,16
Movimentação de Capital:		-	-	-	-	-
Por Subscrição/Realização		12.365.508,71	-	-	-	12.365.508,71
Por Devolução (-)		(11.899.279,13)	-	-	-	(11.899.279,13)
Sobras ou Perdas Brutas		-	-	-	2.858.072,38	2.858.072,38
Remuneração de Juros ao Capital:		-	-	-	-	-
Provisão de Juros ao Capital		-	-	-	(4.812.105,81)	(4.812.105,81)
Juros ao Capital		4.376.578,99	-	-	-	4.376.578,99
FATES - Atos Não Cooperativos		-	-	-	(395.710,46)	(395.710,46)
Destinação das Sobras aos fundos obrigatórios:		-	-	-	-	-
Fundo de Reserva		-	1.010.096,10	-	(1.010.096,10)	-
F A T E S		-	-	-	(168.349,35)	(168.349,35)
Saldo em 31/12/2019		121.054.075,98	10.109.073,97	-	2.188.541,54	133.351.691,49
Saldo em 30/06/2020		117.308.779,40	10.109.073,97	-	5.283.886,15	132.701.739,52
Destinações de Sobras Exercício Anterior:		-	-	-	-	-
Constituição de Reservas		-	-	2.188.541,54	(2.188.541,54)	-
Movimentação de Capital:		-	-	-	-	-
Por Subscrição/Realização		13.680.403,29	-	-	-	13.680.403,29
Por Devolução (-)		(12.255.622,91)	-	-	-	(12.255.622,91)
Reversões de Reservas		-	2.087,55	(2.188.541,54)	2.186.453,99	-
Sobras ou Perdas Brutas		-	-	-	462.355,94	462.355,94
Remuneração de Juros ao Capital:		-	-	-	-	-
Provisão de Juros ao Capital		-	-	-	(3.276.014,95)	(3.276.014,95)
Juros ao Capital		2.963.174,15	-	-	-	2.963.174,15
FATES - Atos Não Cooperativos		-	-	-	-	-
Destinação das Sobras aos fundos obrigatórios:		-	-	-	-	-
Fundo de Reserva		-	84.505,68	-	(84.505,68)	-
F A T E S		-	-	-	(14.084,28)	(14.084,28)
Saldo em 31/12/2020		121.696.733,93	10.195.667,20	-	2.369.549,63	134.261.950,76

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

CECRESP - CENTRAL DAS COOPERATIVAS DE CRÉDITO DO ESTADO DE SÃO PAULO

SICOOB CENTRAL CECRESP

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Descrição	Notas	2º Sem 2020	31/12/2020	2º Sem 2019	31/12/2019
Atividades Operacionais					
Sobras/Perdas Antes das Destinações		462.355,94	3.557.700,55	2.858.072,38	8.574.803,26
Distribuição de Sobras e Dividendos		-	-	-	(17.030,87)
Participações nos Resultados de Empregados		7.021,39	283.089,97	-	458.993,65
Resultado de Equivalência Patrimonial		4.190.694,20	10.251.654,01	2.306.173,55	7.685.658,19
Provisão/Reversão para Operações de Créditos		(41.687,03)	(71.544,97)	(426.196,31)	(71.934,41)
Atualização de depósitos em garantia		(57.343,29)	(57.343,29)	(28.575,34)	(72.826,97)
Depreciações e Amortizações		717.285,41	1.437.520,30	569.100,82	1.186.924,15
Sobras/Perdas Ajustadas antes das destinações		5.278.326,62	15.401.076,57	5.278.575,10	17.744.587,00
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez		383.129.857,57	122.506.541,02	(289.962.811,58)	(1.081.212.639,90)
Títulos e Valores Mobiliários		(275.838.929,19)	(157.472.920,70)	137.466.219,35	950.793.200,15
Operações de Crédito		8.337.405,79	9.824.059,34	4.400.815,99	5.273.712,45
Outros Créditos		266.289,27	1.787.692,13	4.428.037,79	(785.151,97)
Outros Valores e Bens		(124.961,72)	(100.466,25)	(166.230,69)	(87.504,96)
Depósitos à Prazo		55.498.999,26	173.061.604,04	22.350.921,90	(8.817.549,60)
Relações Interfinanceiras		(5.807.431,25)	(12.762.018,52)	(52.232.839,18)	(40.852.751,40)
Outras Obrigações		(8.712.081,14)	(7.925.842,29)	7.042.561,77	11.893.845,61
Destinação de Sobras Exercício Anterior ao FATES		-	-	-	(598.329,49)
FATES - Resultado de Atos Não Cooperativos		-	-	(395.710,46)	(395.710,46)
FATES Sobras Exercício		(14.084,28)	(14.084,28)	(168.349,35)	(168.349,35)
Caixa Líquido Aplicado / Originado em Atividades Operacionais		162.013.390,93	144.305.641,06	(161.958.809,36)	(147.212.641,92)
Distribuição Sobras da Confederação		-	-	-	(17.030,87)
Aquisição de Intangível		(421.460,33)	(421.460,33)	(2.541.765,76)	(2.684.344,83)
Aquisição de Imobilizado de Uso		952.054,98	945.527,42	7.006,10	173.843,22
Aquisição de investimentos		(4.213.040,32)	(11.080.440,99)	(2.317.322,16)	(7.834.450,49)
Caixa Líquido Aplicado / Originado em Investimentos		(3.682.445,67)	(10.556.373,90)	(4.852.081,82)	(10.361.982,97)
Aumento por Novos Aportes de Capital		13.680.403,29	15.500.150,12	12.365.508,71	23.442.824,71
Devolução de Capital à Cooperados		(12.255.622,91)	(17.820.666,32)	(11.899.279,13)	(18.901.982,31)
Destinação de Sobras Exercício Anterior Cotas de Capital à Pagar		-	-	-	(260.363,45)
Destinação de Sobras Exercício Anterior em C/C Associados		-	-	-	(3.957.467,83)
Juros ao Capital pago		2.963.174,15	2.963.174,15	4.376.578,99	4.376.578,99
Reversão de Reserva de Expansão		(2.188.541,54)	-	-	-
Caixa Líquido Aplicado / Originado em Financiamentos		2.199.412,99	642.657,95	4.842.808,57	4.699.590,11
Aumento / Redução Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa		160.530.358,25	134.391.925,11	(161.968.082,61)	(152.875.034,78)
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período		659.209.068,40	685.347.501,54	847.352.320,00	838.259.272,17
Caixa e Equivalentes de Caixa no Fim do Período		819.739.426,65	819.739.426,65	685.384.237,39	685.384.237,39
Variação Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa		160.530.358,25	134.391.925,11	(161.968.082,61)	(152.875.034,78)

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

CECRESP - CENTRAL DAS COOPERATIVAS DE CRÉDITO DO ESTADO DE SÃO PAULO
 SICOOB CENTRAL CECRESP
 DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO ABRANGENTE

DRA	Notas	2° Sem 2020	31/12/2020	2° Sem 2019	31/12/2019
Sobras/Perdas Líquidas	17 f	(2.813.659,01)	281.685,60	(1.954.033,43)	3.762.697,45
Outros resultados abrangentes		-	-	-	-
Total do resultado abrangente		(2.813.659,01)	2.369.549,63	(1.954.033,43)	2.188.541,54
As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.					

CECRESP - CENTRAL DAS COOPERATIVAS DE CRÉDITO DO ESTADO DE SÃO PAULO

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO 2020 E DE 2019

1. Contexto Operacional

CENTRAL COOPERATIVAS CRÉDITO ESTADO DE SÃO PAULO - SICOOB CENTRAL CECRESP é uma cooperativa central, instituição financeira não bancária, fundada em 14/10/1989, componente da Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB – SICOOB CONFEDERAÇÃO, em conjunto com outras cooperativas singulares e centrais. Tem sua constituição e o funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/1964, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, pela Lei nº 5.764/1971, que define a Política Nacional do Cooperativismo, pela Lei Complementar nº 130/2009, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e pela Resolução CMN nº 4.434/2015, do Conselho Monetário Nacional, que dispõe sobre a constituição e funcionamento de cooperativas de crédito.

O **SICOOB CENTRAL CECRESP**, é uma sociedade cooperativista que tem por objetivo a organização em comum em maior escala dos serviços econômico-financeiros e assistenciais de suas filiadas (cooperativas singulares), integrando e orientando suas atividades, de forma autônoma e independente, por intermédio dos instrumentos previstos na legislação pertinente e normas exaradas pelo Banco Central do Brasil, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços, para consecução de seus objetivos.

As despesas administrativas e operacionais da Instituição são custeadas pelas filiadas. As despesas são distribuídas baseadas nos seguintes critérios: (i) alocação de custos diretos e indiretos relacionados aos serviços prestados pela Cecresp para as filiadas; (ii) e rateio das despesas administrativas não relacionadas diretamente com serviços prestados para as filiadas, que é feito com base em critérios técnicos de rateio, e que envolvem o volume de depósitos, operações de crédito e patrimônio líquido das filiadas. Já as receitas oriundas da centralização financeira são integralmente abatidas na base de cálculo do rateio orçamentário, conforme aprovação na XXXI Assembleia Geral Ordinária realizada em 30/04/2016.

A Instituição é acionista do Banco Cooperativo do Brasil S.A. - BANCOOB e utiliza seus serviços para operacionalização das atividades da centralização financeira mediante convênio próprio. Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, a totalidade das aplicações financeiras estavam concentradas naquela instituição financeira.

Adicionalmente, as operações ativas de crédito são integrais e exclusivamente efetuadas com as filiadas.

O descasamento entre passivos e ativos circulantes, no balanço patrimonial no valor de R\$ 361.637.489,30, em 31 de dezembro de 2020, não oferece risco em função do que segue:

- i) Aproximadamente 81,42% do ativo não circulante constituem-se de aplicações em certificados interfinanceiros tendo o Bancoob como contraparte, aplicações consideradas de elevada liquidez;
- ii) A maior parte da captação da Cecresp é feita por meio de depósito a prazo das cooperativas de crédito, filiadas à Cecresp;
- iii) 100% da carteira de depósito a prazo em 31 de dezembro de 2020 possui vencimento acima de 360 dias, mas são apresentados no passivo circulante, pois podem ser resgatados a qualquer momento.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do

Brasil – BACEN, considerando as Normas Brasileiras de Contabilidade, especificamente àquelas aplicáveis às entidades Cooperativas, a Lei do Cooperativismo nº 5.764/71 e normas e instruções do BACEN, apresentadas conforme Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, e sua emissão foi autorizada pela Diretoria Executiva em 26 de fevereiro de 2021.

Em função do processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo BACEN, naquilo que não confrontar com as normas por ele já emitidas anteriormente. Os pronunciamentos contábeis já aprovados, por meio das Resoluções do CMN, foram aplicados integralmente na elaboração destas Demonstrações Contábeis.

2.1 Mudanças nas políticas contábeis e divulgação

a) Mudanças em vigor

O Banco Central emitiu a Resolução CMN nº 4.720 de 30 de maio de 2019, Resolução CMN nº 4.818 de 29 de maio de 2020, Circular nº 3.959 de 4 de setembro de 2019 e Resolução BCB nº 2 de 12 de agosto de 2020, as quais apresentam as premissas para elaboração das demonstrações financeiras obrigatórias e os procedimentos mínimos que devem ser levados na elaboração das demonstrações financeiras em 2020.

As principais alterações em decorrência destes normativos: i) no Balanço Patrimonial estão na disposição das contas que foram baseadas na liquidez e na exigibilidade; ii) na Demonstração de Sobras ou Perdas a alteração consiste na apresentação de todos os grupos contábeis relevantes para compreensão do seu desempenho no período; iii) divulgação da Demonstração do Resultado Abrangente – DRA; e iv) os saldos do Balanço Patrimonial do período estão apresentados comparativamente com o final do exercício social imediatamente anterior e as demais demonstrações estão comparadas com os mesmos períodos do exercício anterior.

b) Mudanças a serem aplicadas em períodos futuros

Apresentamos abaixo um resumo sobre as novas normas que foram recentemente emitidas pelos órgãos reguladores, ainda a serem adotadas pela Cooperativa:

Resolução CMN 4.817, de 29 de maio de 2020. A norma estabelece os critérios para mensuração e reconhecimento contábeis, pelas instituições financeiras, de investimentos em coligadas, controladas e controladas em conjunto, no Brasil e no exterior, inclusive operações de aquisição de participações, no caso de investidas no exterior, estabelece critérios de variação cambial; avaliação pelo método da equivalência patrimonial; investimentos mantidos para venda; e operações de incorporação, fusão e cisão.

A Resolução CMN 4.817/20 entra em vigor em 1º de janeiro de 2022.

A Cooperativa iniciou a avaliação dos impactos da adoção dos novos normativos. Eventuais impactos decorrentes da conclusão da avaliação serão considerados até a data de vigência de cada normativo.

2.2 Continuidade dos Negócios e efeitos da pandemia de COVID-19 “Novo Coronavírus”

A Administração avaliou a capacidade da Cecresp continuar operando normalmente e está convencida de que possui recursos suficientes para dar continuidade a seus negócios no futuro.

Mesmo com ineditismo da situação, tendo em vista a experiência da Cooperativa no gerenciamento e monitoramento de riscos, capital e liquidez, com auxílio das estruturas centralizadas do Sicoob, bem como as informações existentes no momento dessa avaliação, não

foram identificados indícios de quaisquer eventos que possam interromper suas operações em um futuro previsível. A CECRESP - CENTRAL DAS COOPERATIVAS DE CRÉDITO DO ESTADO DE SÃO PAULO junto a suas associadas, colaboradores e a comunidade estamos fazendo nossa parte para evitar a propagação do Novo Coronavírus, seguindo as recomendações e orientações do Ministério da Saúde.

3. Resumo das principais práticas contábeis

a) Apuração do resultado

Os ingressos/receitas e os dispêndios/despesas são registrados de acordo com o regime de competência.

As receitas com prestação de serviços, típicas ao sistema financeiro, são reconhecidas quando da prestação de serviços ao associado ou a terceiros.

Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais, são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

b) Estimativas contábeis

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para determinar o valor de certos ativos, passivos e outras transações considerando a melhor informação disponível. Incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à vida útil dos bens do ativo imobilizado, provisões para causas judiciais, dentre outros. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Composto pelas disponibilidades, pela Centralização Financeira mantida na Central e por aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites e, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias a contar da data de aquisição.

d) Aplicações interfinanceiras de liquidez

Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e aplicações em depósitos interfinanceiros e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos a apropriar correspondentes a períodos futuros.

e) Títulos e valores mobiliários

A carteira está composta por títulos de renda fixa e renda variável, os quais são apresentados pelo custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do Balanço, ajustados aos respectivos valores de mercado, conforme aplicável.

f) Operações de crédito

As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas a apropriar e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas por critério "*pro rata temporis*", com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

g) Provisão para operações de crédito

Constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica.

As Resoluções CMN nº 2.697/2000 e 2.682/1999 estabeleceram os critérios para classificação das operações de crédito definindo regras para constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, de AA (risco mínimo) a H (risco máximo).

h) Depósitos em garantia

Existem situações em que a cooperativa questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações em que figura como polo passivo. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo.

i) Investimentos

Os investimentos em sociedades integrantes do conglomerado econômico-financeiro, cuja participação se dá por ações ordinárias e no qual se tem influência significativa, são avaliados pelo método de equivalência patrimonial na proporção da participação no valor do patrimônio líquido das sociedades investidas. Os demais investimentos estão demonstrados ao custo de aquisição.

j) Imobilizado

Equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações, edificações, veículos, benfeitorias em imóveis de terceiros e softwares, são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear para reduzir o custo de cada ativo a seus valores residuais de acordo com as taxas aplicáveis e levam em consideração a vida útil econômica dos bens.

k) Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Cooperativa ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico.

l) Ativos contingentes

Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos contrários, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando aplicável, são apenas divulgados em notas explicativas às demonstrações contábeis.

m) Demais ativos

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas, até a data do balanço.

n) Demais passivos

Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas.

o) Provisões

São reconhecidas quando a cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

p) Provisões para demandas judiciais e Passivos contingentes

São reconhecidos contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações contábeis e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

q) Obrigações legais

São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou outro instrumento fundamentado em lei, aos quais a Cooperativa tem por diretriz.

r) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro tem incidência sobre os atos não cooperativos, situação prevista no caput do Art. 194 do Decreto 9.580/2018 (RIR2018). Entretanto, o resultado apurado em operações realizadas com cooperados não tem incidência de tributação, sendo essa expressamente prevista no caput do art. 193 do mesmo Decreto.

s) Segregação em circulante e não circulante

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a 360 dias estão classificados no circulante, e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

t) Valor recuperável de ativos – *impairment*

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (*impairment*) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo, exceto outros valores e bens, for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por "*impairment*", quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

Em **31 de dezembro de 2020** não existem indícios da necessidade de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros.

u) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e

• Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações contábeis encerradas em **31 de dezembro de 2020**, exceto para o assunto tratado em nota explicativa 35, que não originaram ajustes, apenas divulgação.

4. Caixa e equivalente de caixa

O caixa e os equivalentes de caixa, apresentados na demonstração dos fluxos de caixa, estão constituídos por:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Caixa e depósitos bancários	4.305,29	41.041,14
Aplicações interfinanceiras de liquidez	743.459.277,27	659.168.027,26
Títulos e Valores Mobiliários	76.275.844,09	26.175.168,99
TOTAL	819.739.426,65	685.384.237,39

Referem-se as operações com disponibilidade imediata ou cujo vencimento na data da efetiva aplicação foi igual ou inferior a 90 dias e que apresentem risco insignificante de mudança de valor justo.

5. Aplicações interfinanceiras de liquidez

Em **31 de dezembro de 2020** e de **2019**, as aplicações interfinanceiras de liquidez estavam assim compostas:

Descrição	31/12/2020		31/12/2019	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Letras Financeiras Do Tesouro (a)	678.923.061,04	-	659.168.027,26	-
Ligadas – CDI (b)	177.460.262,57	5.045.093,86	164.531.138,71	123.120.970,55
TOTAL	856.383.323,61	5.045.093,86	823.699.165,97	123.120.970,55

(a) Refere-se à aplicação em operação compromissada, lastreada em Letras Financeiras do Tesouro, com remuneração de 100% do CDI e com conversibilidade imediata em caixa.

(b) Referem-se a aplicações em Certificados de Depósitos Interbancários – CDI no BANCOOB e possuem vencimento até 11 de abril de 2029 com rendimentos médios de 104,79% do CDI.

Abaixo a composição por tipo de aplicação e situação de prazo:

Tipo	Até 90	De 90 a 360	Acima de 360	Total
Letras Financeiras do Tesouro	595.487.696,64	83.435.364,40	-	678.923.061,04
Ligadas – CDI	147.971.580,63	29.488.681,94	5.045.093,86	182.505.356,43
TOTAL	743.459.277,27	112.924.046,34	5.045.093,86	861.428.417,47

Os rendimentos auferidos com aplicações interfinanceiras de liquidez em 31/12/2020 e 31/12/2019 foram respectivamente R\$ 27.196.872,40 e R\$ 51.422.948,84.

6. Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários são avaliados pelo custo acrescido dos rendimentos ou valor de realização.

A Circular CMN nº 3.068, que trata da classificação dos títulos e valores mobiliários com base em um conjunto de critérios para registro e avaliação da carteira de títulos, não se aplica às cooperativas centrais.

Em **31 de dezembro de 2020** e de **2019**, as aplicações em Títulos e Valores Mobiliários estavam assim compostas:

Descrição	31/12/2020		31/12/2019	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Títulos de Renda Fixa (a)	87.282.800,51	618.573.059,28	27.305.924,96	372.440.377,60
Cotas de Fundos de Investimento	71.166.067,60	-	132.740.519,15	-
TOTAL	158.448.868,11	618.573.059,28	160.046.444,11	372.440.377,60

(a) Os Títulos de Renda Fixa referem-se, substancialmente, a aplicações em Títulos públicos Federais, em Letras Financeiras do Tesouro – LFT e Letras do Tesouro Nacional. informamos que a carteira livre de 100,00% da CDI.

Classificação dos títulos por emissor

Títulos Mantidos para Negociação	31/12/2020	31/12/2019
Renda Fixa	705.855.859,79	399.746.302,56
LFT – BANCOOB	694.282.971,00	399.390.333,26
LFTRM – BANCOOB	365.834,05	355.969,30
LTN – BANCOOB	11.207.054,74	-
Títulos Mantidos para Negociação		
Fundos de Investimentos	71.166.067,60	132.740.519,15
CENTRALIZAÇÃO FI RF	61.069.283,20	58.936.773,39
SICOOB INSTITUCIONAL	-	73.803.745,76
SICOOB CENTRAL CECRESP	10.096.784,40	-
TOTAL	777.021.927,47	532.486.821,71

(a) Os rendimentos auferidos com Títulos e Valores Mobiliários nos exercícios findos em 31/12/2020 e 31/12/2019, foram respectivamente R\$ 14.707.618,38 e R\$ 36.521.850,97.

7. Operações de crédito

a) Composição da carteira de crédito por modalidade:

Descrição	31/12/2020			31/12/2019
	Circulante	Não Circulante	Total	
Empréstimos e Títulos Descontados	2.448.402,43	2.845.609,17	5.294.011,60	15.118.070,94
Total de Operações de Crédito	2.448.402,43	2.845.609,17	5.294.011,60	15.118.070,94
(-) Provisões para Operações de Crédito	(12.242,01)	(14.228,04)	(26.470,05)	(98.015,02)
TOTAL	2.436.160,42	(2.831.381,13)	5.267.541,55	15.020.055,92

b) Composição por tipo de operação, e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

Nível / Percentual de Risco / Situação			Empréstimo	Total em 31/12/2020	Provisões 31/12/2020	Total em 31/12/2019	Provisões 31/12/2019
AA	-	Normal	-	-	-	1.002.114,13	-
A	0,5%	Normal	5.294.011,60	5.294.011,60	(26.470,06)	8.628.909,37	(43.144,55)
B	1%	Normal	-	-	-	5.487.047,44	(54.870,47)
Total Geral			5.294.011,60	5.294.011,60	(26.470,06)	15.118.070,94	(98.015,02)
Provisões			(26.470,05)	(26.470,05)		(98.015,02)	
Total Líquido			5.267.541,55	5.267.541,55		15.020.055,92	

c) Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento:

Tipo	Até 90	De 91 a 360	Acima de 360	Total
Empréstimos	658.216,42	1.790.186,01	2.845.609,17	5.294.011,60

d) Composição da carteira de crédito por tipo de produto, cliente e atividade econômica:

Descrição	Empréstimos/TD	31/12/2020	% da Carteira
Outros		5.294.011,60	100%
TOTAL	5.294.011,60	5.294.011,60	100%

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa de operações de crédito:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Saldo inicial	(98.015,02)	(524.211,33)
Constituições	(110.280,36)	(108.456,17)
Reversões	181.825,33	534.652,48
TOTAL	(26.470,05)	(98.015,02)

f) Concentração dos Principais Devedores:

Descrição	31/12/2020	% Carteira Total	31/12/2019	% Carteira Total
Maior Devedor	2.486.191,74	46,96%	5.764.710,79	38,13%
5 Maiores Devedores	5.294.011,60	100,00%	13.666.531,53	90,40%
10 Maiores Devedores	-	-	15.118.070,94	100%

8. Outros créditos

Valores referentes às importâncias devidas a Cooperativa por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no país, conforme demonstrado:

Descrição	31/12/2020		31/12/2019	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Rendas a Receber				
Serviços prestados a receber	21,04	-	20,36	-
Diversos				
Adiantamentos e antecipações salariais	80.620,28	0,00	87.076,57	-
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta	198.083,91	0,00	254.047,39	-
Devedores por depósitos em garantia (a)	-	2.444.881,98	-	2.388.391,18
Impostos e contribuições a compensar	84.833,19	0,00	75.373,05	-
Pagamentos a ressarcir	190.303,32	0,00	919.722,86	-
Devedores diversos – país (b)	2.119.558,26	0,00	3.124.019,41	-
TOTAL	2.673.420,00	2.444.881,98	4.460.259,64	2.388.391,18

(a) O montante de R\$ 2.444.881,98, em 31 de dezembro de 2020, refere-se substancialmente aos depósitos judiciais, conforme abaixo:

Descrição	31/12/2020
Depósitos Judiciais – PIS	1.013.490,65
Depósitos Judiciais – COFINS	1.372.405,33
Depósitos Judiciais – Outros	58.986,00
TOTAL	2.444.881,98

Conforme prognóstico exarado pela assessoria jurídica responsável pela demanda, em virtude de ação movida pela Receita Federal do Brasil, que questiona o direito de recolhimento (PIS e COFINS) sobre movimentação financeira do sistema de cooperativa de crédito, a chance de êxito no mandado de segurança que se discute a configuração do ato cooperativo para aplicações financeiras é provável. O STJ (Superior Tribunal de Justiça) pacificou o entendimento de que toda movimentação financeira das cooperativas de crédito – incluindo a captação de recursos, a realização de empréstimos aos cooperados, bem como a efetivação de aplicações financeiras no mercado – constitui ato cooperativo.

Com base no CPC 25, na jurisprudência consolidada do STJ a Cecresp embasada no atendimento de seus assessores jurídicos, entendeu que a obrigação legal deixe de existir, cessando qualquer tipo de provisionamento contábil.

Tendo em vista que a ação da Cecresp não foi julgada em última instância, a Cecresp mantém o depósito judicial, que será levantado após o trânsito em julgado da ação.

(b) O montante de R\$ 2.119.558,26, em 31 de dezembro de 2020, refere-se a pendências a regularizar de R\$ 437.199,01, pendências a regulariza Bancoob R\$ 4.198,51, outros de R\$ 2.616,08 e rateio das cooperativas filiadas de R\$ 1.675.544,66.

O valor do rateio orçamentário é destinado à cobertura das despesas mensais da Cecresp, pela prestação de serviços às cooperativas associadas e outros compromissos, conforme orçamento anual aprovado pela Assembleia Geral.

9. Outros valores e bens

Em **31 de dezembro de 2020** e de **2019**, os outros valores e bens eram compostos por despesas antecipadas, conforme relação abaixo:

Descrição	30/06/2020		31/12/2019	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Prêmios e Seguros	15.944,79	-	32.534,50	-
Assinaturas de Periódicas	4.081,00	-	9.240,84	-
Processamento de Dados	80.072,11	75.287,06	108.479,46	84.091,21
Vale Refeição e Alimentação	139.282,86	-	175.252,95	-
Vale Transporte	-	-	20.996,99	-
Software	326.754,28	66.121,29	175.062,37	175.719,89
Outros (a)	174.301,07	-	-	-
TOTAL	740.436,11	141.408,35	521.567,11	259.811,10

(a) Refere-se ao pagamento antecipado do plano de saúde.

10. Investimentos

Em **31 de dezembro de 2020** e de **2019**, os investimentos estão assim compostos:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
BANCOOB (a)	118.384.885,73	109.024.513,00
CONFEBRÁS	5.000,00	5.000,00
CECRES P – Corretora de Seguros (b)	1.260.532,29	540.464,03
CNAC – Confederação Nacional de Auditoria Cooperativa	481.442,04	481.442,04
SICOOB Confederação	10.604.156,27	10.604.156,27
AGCP – Associação de Aporte Financeiro (c)	1.000.000,00	-
TOTAL	131.736.016,33	120.655.575,34

(a) A Cecresp possui influência significativa na gestão do Bancoob, fazendo parte do bloco de controle.

BANCOOB	31/12/2020	31/12/2019
Saldo Inicial	109.024.513,00	101.454.608,45
Integralização	7.725.596,05	12.413.261,56
Venda de Ações	(978.983,88)	-
Dividendos	(6.919.155,19)	(12.383.270,48)
Ajuste de Equivalência Patrimonial	9.532.915,75	7.539.913,47
TOTAL	118.384.885,73	109.024.513,00

(b) A Cecresp possui influência significativa na gestão da Corretora, fazendo parte do bloco de controle.

BANCOOB	31/12/2020	31/12/2019
Saldo Inicial	540.464,03	500.704,44
Integralização	1.330,00	-
Ajuste de Equivalência Patrimonial	718.738,26	39.759,59
TOTAL	1.260.532,29	540.464,03

(c) O presente contrato estabelece os termos e condições, acerca da utilização da garantia em operações de crédito, mediante o aporte financeiro realizado pela CENTRAL junto à AGCP, para composição do Fundo de Risco, bem como estabelecer a distribuição dos limites das referidas garantias entre as cooperativas associadas à CENTRAL

11. Imobilizado de uso

Demonstrado pelo custo de aquisição, menos depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado conforme abaixo:

Descrição	Taxa Depreciação	31/12/2020	31/12/2019
Terrenos		6.959,00	6.959,00
Edificações	4%	2.075.227,16	2.075.227,16
(-) Depreciação Acum. Imóveis de Uso – Edificações		(718.077,90)	(635.068,86)
Instalações	10%	91.187,98	1.235.546,58
(-) Depreciação Acumulada de Instalações		(91.187,98)	(333.077,69)
Móveis e equipamentos de Uso	10%	640.767,73	870.682,47
(-) Depreciação Acum. Móveis e Equipamentos de Uso		(2.034.219,75)	(1.871.986,82)
Sistema de Comunicação	20%	-	152.664,90
Sistema de Processamento de Dados	20%	1.766.047,94	1.769.085,44
Sistema de Segurança	10%	178.467,38	25.802,48
TOTAL		1.915.171,56	3.295.834,66

12. Intangível

Descrição	Taxa Amortização	31/12/2020	31/12/2019
Sistema de Processamento de Dados	20%	980.119,18	1.494.274,18
Licenças e Direitos Autorais e de Uso (a)	20%	7.914.977,09	7.274.169,09
(-) Amortização Acumulada dos Ativos Intangíveis		(5.682.668,70)	(4.975.091,41)
TOTAL		3.212.427,57	3.793.351,86

(a) Trata-se de aquisições de ferramentas (robotização, plataforma Gooddata, Fluig e ERP) da TOTVS, necessárias para as atividades de prestação de serviços do Centro de Serviço Compartilhado - CSC, disponibilizados as cooperativas filiadas e conveniadas do Sicoob Central Cecresp.

Data	Descrição Serviços de Desenvolvimento	31/12/2020	31/12/2019
18/12/2019	RPA – Robotização Onda 1	168.000,00	168.000,00
30/12/2019	Implantação Plataforma Gooddata	35.000,00	35.000,00
31/12/2019	Implantação Fluig (Onda 0)	257.000,00	257.000,00
31/12/2019	Implantação Fluig (Onda 1)	385.000,00	385.000,00
31/12/2019	Implantação Fluig (Onda 2)	385.000,00	385.000,00
31/12/2019	Implantação Fluig (Onda 3)	385.000,00	385.000,00
31/12/2019	Implantação Fluig (Onda 4)	385.000,00	385.000,00
31/12/2019	ERP (Completo)	541.000,00	541.000,00
30/09/2020	Desenvolvimento. 11 Fluxos de processos FLUIG	640.808,00	-
TOTAL		3.181.808,00	2.541.000,00

Todas as atividades desenvolvidas estão especificadas na proposta comercial AMS Nº A82750, com responsabilidade do Sicoob Central Cecresp do acompanhamento e garantia das entregas a serem realizadas.

O reconhecimento do intangível por conta do projeto do Centro de Serviço Compartilhado - CSC é por prazo indeterminado e seu desenvolvimento tem como objetivo gerar receitas pela prestação de serviços disponibilizados as cooperativas filiadas e conveniadas do Sicoob Central Cecresp.

13. Depósitos

É composto de valores cuja disponibilidade é imediata aos associados, denominado de depósitos a vista, portanto sem prazo determinado para movimentá-lo, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade.

Demonstrado pelo valor atualizado, com apropriações de rendimentos, pelo método pró-rata, com base nos prazos, conforme a seguir:

Modalidade RDC Longo Pós-CDI: com prazo fixado em 5 mil dias e taxa pós fixada em 100% do CDI.

Modalidade RDC Pós-Fixado Escalonado-CDI: A rentabilidade será de acordo com o prazo de aplicação, sendo taxas divulgadas no site do Sicoob Central Cecresp, permite resgate parcial, a partir do dia seguinte ao da aplicação com vencimento em 1.800 dias.

Os depósitos estão garantidos, até o limite de R\$ 250 mil por CPF ou CNPJ, pelo FGCoop (Fundo Garantidor Cooperativas).

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Depósito a Prazo	1.586.470.380,91	1.413.408.776,87
TOTAL	1.586.470.380,91	1.413.408.776,87

a) Concentração dos principais depositantes:

Descrição	31/12/2020	% Carteira Total	31/12/2019	% Carteira Total
Maior Depositante	163.525.573,85	10,01%	151.768.783,94	10,30%
10 Maiores Depositantes	1.047.270.752,90	64,09%	865.579.769,84	58,73%
50 Maiores Depositantes	1.626.442.950,44	99,53%	1.430.436.861,65	97,06%

b) Despesas com operações de captação de mercado:

Descrição	2º sem 2020	31/12/2020	2º sem 2019	31/12/2019
Despesas de Depósitos a Prazo	(15.242.859,06)	(39.621.301,61)	(39.058.900,90)	(81.681.382,27)
TOTAL	(15.242.859,06)	(39.621.301,61)	(39.058.900,90)	(81.681.382,27)

14. Relações interfinanceiras

A Cecresp tem como prática comum a captação de recursos com suas filiadas para posterior aplicação destes, principalmente no BANCOOB, com o objetivo de remunerar esse capital. Os valores oriundos das cooperativas singulares estão assim representados.

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Centralização Financeira	47.635.286,87	60.397.305,39
TOTAL	47.635.286,87	60.397.305,39

15. Outras Obrigações

15.1 Sociais e Estatutárias

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Dividendos e Bonificações a Pagar	331.650,44	375.611,60
Provisão para Participações nos Lucros (a)	135.248,74	247.232,40
FATES (b)	373.792,40	729.814,83
Sobras Líquidas a Distribuir	99.457,61	154.121,12
Cotas de Capital a Pagar (c)	13.715.684,05	14.544.587,73
TOTAL	14.655.833,24	16.051.367,68

(a) Refere-se à remuneração variável a ser paga aos colaboradores por atingimento de metas de negócios e orçamentárias, previsto em acordo coletivo.

(b) O FATES é destinado às atividades educacionais, à prestação de assistência às filiadas e empregados da central, sendo constituído pelo resultado dos atos não cooperativos e 5% das sobras líquidas do ato cooperativo, conforme determinação estatutária. A classificação desses valores em contas passivas segue determinação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF. Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

(c) Refere-se às cotas de capital a devolver de associados desligados.

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
BOMBRIL	-	675.519,58
SICOOB COOPERFAC	-	381.373,85
VB TRANSPORTES	1.157,15	1.157,15
COOPUNESP	-	191.947,28
COOPAZ	-	882.348,68
COOPERTEL	-	599.562,84
OWENS ILLINOIS	-	1.085.433,60
COOP. AKZONOBEL	-	599.692,39
ITAPIRA	-	531.202,79
FIBERGLASS	-	336.479,36
COOPER – SEKURIT	-	400.194,81
AVIBRÁS	-	617.917,69
COOFER	-	455.000,02
COOPERALPINA	-	300.687,15
CEBRACE	-	965.111,65
COOPERTAKATAPETRI	-	982.354,35
COOPMWM INTERNACIONAL	-	1.033.527,08
SICOOB COOPERSERV JABOTICABAL	-	82.348,47
SICOOB CANTAREIRA	-	259.914,31
EMPRESA DIVERSÕES	-	86.930,71
RÁPIDO LUXO	5.814,80	5.814,80
COOPERBMC	-	85.807,65
COOPERFEB	4.019,48	4.019,48
CREDISCOOP	-	166.930,62
GRUPO PPG	-	150.529,59
PROMOCRED	-	741.136,47
COOPERALESP	-	1.056.844,80
CREDIAFAM	-	573.517,99
COOPERPLASCAR	-	481.248,94
COOPRICLAN	-	322.897,52
COOPERNITRO	-	464.579,92
EMPRESA ITAÚ	441.802,26	-
PILKINGTON	601.381,93	-
FUNDACAO ZERBINI	1.715.014,34	-
PILONCRED	161.624,06	-
CONFAB	746.211,70	-
COLORADO	1.453.012,84	-
NESTLE	4.444.774,58	-
SELENE	195.266,22	-
MERCK SHARP & DOHME FARMACÊUTICA	812.310,27	-

TETRA PARK	1.404.518,86	-
FLEURY	704.365,07	-
CREDI-CAMDA	312.698,26	-
CCLA DO CIRCUITO DAS ÁGUAS	689.156,04	-
Demais Cooperativas Exercícios Anteriores	22.556,19	22.556,19
TOTAL	13.715.684,05	14.544.587,73

15.2 Fiscais e Previdenciárias

As obrigações fiscais e previdenciárias, classificadas no passivo na conta de Outras Obrigações estão assim compostas:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Impostos e Contribuições s/ Serviços de Terceiros	55.034,64	56.394,14
Impostos e Contribuições sobre Salários	549.520,58	733.552,45
Outros	3.366,79	2.301,10
TOTAL	607.922,01	792.247,69

15.3 Diversas

Descrição	31/12/2020	31/12/2019	
	Circulante	Circulante	Não Circulante
Provisão para Pagamentos a Efetuar (a)	2.119.152,58	5.553.396,16	-
Provisão para Passivos Contingentes	-	38.207,78	38.207,78
Credores Diversos – País (b)	835.427,23	928.010,03	-
TOTAL	2.954.579,81	5.703.249,28	38.207,78

(a) Refere-se a despesa com pessoal de R\$ 1.325.504,42 e R\$ 793.648,16 de obrigações com fornecedores.

(b) Trata-se de seminários a pagar de R\$ 42.000,00, sendo do 2º fórum de pensamentos estratégicos e negócios não realizados por conta da pandemia do COVID-19, pendências a regularizar de R\$ 29.913,51, pagamentos a processar de R\$ 61.761,71, pendências a regularizar Bancoob de R\$ 102,61 e restante de provisões de orçamentos de projetos a realizar de R\$ 701.649,40.

16. Instrumentos financeiros

O **SICOOB CENTRAL CECRESP** opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, aplicações interfinanceiras de liquidez, títulos e valores mobiliários, relações interfinanceiras, operações de crédito, depósitos à vista e a prazo, empréstimos e repasses.

Os instrumentos financeiros ativos e passivos estão registrados no balanço patrimonial a valores contábeis, os quais se aproximam dos valores justos.

Nos exercícios findos em **31 de dezembro de 2020** e de **2019**, a cooperativa não realizou operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

17. Patrimônio líquido

a) Capital Social

O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R\$ 1,00 cada e integralizado por seus cooperados. De acordo com o Estatuto Social cada cooperado tem direito em a um voto, independentemente do número de suas cotas-partes.

No exercício de 2020, a Cooperativa aumentou seu capital social no montante de **R\$ 15.500.150,12**, com recursos provenientes da integralização de capital para adequação do capital Mínimo Exigido.

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Capital Social	121.696.733,93	121.054.075,98
Associados	63	82

b) Fundo de Reserva

Representada pelas destinações estatutárias das sobras, no percentual de 30%, utilizada para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas Atividades.

c) Reserva de Reestruturação

Na 35ª Assembleia Geral Ordinária – Digital, realizada em 17 de julho de 2020, foi deliberado e aprovado a constituição do FUNDO DE REESTRUTURAÇÃO DA CECRESP e a aprovação do seu regulamento, onde seu valor foi constituído da utilização de 100% das sobras líquidas do exercício de 2019, no montante de R\$ 2.188.541,54, que terá como principal finalidade absorver os custos da depreciação, bem como da desmobilização do 17º andar da sede do Sicoob Central Cecresp.

O Fundo teve seu encerramento em 31 de dezembro de 2020, conforme mencionado em seu regulamento. Abaixo segue a composição da utilização do FUNDO DE REESTRUTURAÇÃO:

Descrição	31/12/2020
Plano de Reestruturação – Rescisões	1.008.555,98
Baixa Benfeitorias em Imóveis de Terceiros	797.569,38
Baixa de Imóveis 17º Andar	150.398,32
Desmontagem e Armazenagem móveis 17º Andar	23.586,00
Projeto de Reforma 18º Andar	206.344,31
TOTAL	2.186.453,99

A sobra do valor do Fundo de Reestruturação no montante de R\$ 2.087,55, conforme determina o regulamento, foi revertido para a Reserva Legal.

d) Sobras Acumuladas

As sobras são distribuídas e apropriadas conforme Estatuto Social, normas do Banco Central do Brasil e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

e) Destinações estatutárias e legais

A sobra líquida do exercício terá a seguinte destinação:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Sobra líquida do exercício	281.685,60	395.710,46
Lucro líquido decorrente de atos não-cooperativos apropriado ao FATES	-	3.762.697,45
Sobra líquida, base de cálculo das destinações	281.685,60	1.574.155,91
Destinações estatutárias	(98.589,96)	(1.010.096,10)
Reserva legal - 30%	(84.505,68)	(168.349,35)
Fundo de assistência técnica, educacional e social - 5%	(14.084,28)	(395.710,46)
Reversão do Fundo de Reestruturação	2.186.453,99	-
Sobra à disposição da Assembleia Geral	2.369.549,63	2.188.541,54

18. Resultado de atos não cooperativos

O resultado de atos não cooperativos tem a seguinte composição:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Receita de prestação de serviços	355.599,60	597.147,02
Despesas específicas de atos não cooperativos	(29.684,83)	(58.534,86)
Despesas apropriadas na proporção das receitas de atos não cooperativos	(102.071,70)	(137.176,88)
Resultado operacional	203.843,07	401.435,28
Receitas (despesas) não operacionais, líquidas	(982.675,98)	(5.724,82)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	(778.832,91)	395.710,46
Resultado de atos não cooperativos (lucro líquido)	(778.832,91)	395.710,46

19. Provisão de Juros ao Capital

A Cooperativa pagou juros ao capital próprio visando remunerar o capital do associado. Os critérios para a provisão obedeceram à Lei Complementar 130, artigo 7º, de 17 de abril de 2009. A remuneração foi limitada ao valor da taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC.

No exercício de **2020**, o montante da remuneração de juros ao capital social foi de R\$ 3.276.014,95, equivalente a 100% da variação da SELIC, conforme deliberado em 25 de setembro de 2020. Em **2019**, o montante da remuneração de juros ao capital social foi de R\$ 4.812.105,81, equivalente a 70% da variação da SELIC.

20. Receitas de operações de crédito

Descrição	2º sem 2020	31/12/2020	2º sem 2019	31/12/2019
Rendas De Adiantamentos A Depositantes	5.367,93	24.280,80	34.852,39	44.962,85
Rendas De Empréstimos	136.187,85	512.303,61	408.291,85	1.009.361,72
TOTAL	141.555,78	536.584,41	443.144,24	1.054.324,57

21. Despesas de intermediação financeira

Descrição	2º sem 2020	31/12/2020	2º sem 2019	31/12/2019
Despesas De Captação	(15.242.859,06)	(39.621.301,61)	(39.058.900,90)	(81.681.382,27)
Dispêndio de Depósitos Intercooperativos	-	-	(1.688.081,43)	(4.457.159,15)
Provisões para Operações de Crédito	41.687,03	71.544,97	426.196,31	71.934,41
TOTAL	(15.201.172,03)	(39.549.756,64)	(40.320.786,02)	(86.066.607,01)

22. Receitas de prestação de serviços

Descrição	2º sem 2020	31/12/2020	2º sem 2019	31/12/2019
Rendas de Cobrança	6.590,70	17.718,94	14.401,44	35.096,31
Rendas de outros Serviços	175.641,33	260.130,94	262.351,13	536.709,81
TOTAL	182.232,03	277.849,88	276.752,57	571.806,12

23. Despesas de pessoal

Descrição	2º sem 2020	31/12/2020	2º sem 2019	31/12/2019
Despesas de Honorários - Conselho Fiscal	(56.981,12)	(121.084,88)	(63.097,86)	(124.692,96)
Despesas de Honorários - Diretoria e CONAD	(728.410,91)	(1.409.499,42)	(742.708,27)	(1.423.088,75)
Despesas de Pessoal – Benefícios	(1.803.749,73)	(4.078.779,88)	(2.524.414,16)	(5.224.000,17)
Despesas de Pessoal - Encargos Sociais	(1.664.242,79)	(3.352.180,64)	(2.122.726,58)	(4.162.669,34)
Despesas de Pessoal – Proventos	(4.596.131,46)	(11.114.352,78)	(6.020.020,86)	(12.201.383,77)
Despesas de Pessoal – Treinamento	-	-	(1.080,00)	(10.080,00)
Despesas de Remunerações de Estagiários	(7.529,60)	(15.017,60)	(5.780,80)	(13.280,80)
TOTAL	(8.857.045,61)	(20.090.915,20)	(11.479.828,53)	(23.159.195,79)

24. Outros dispêndios administrativos

Descrição	2º sem 2020	31/12/2020	2º sem 2019	31/12/2019
Despesas de Água, Energia e Gás	(43.751,72)	(110.848,47)	(76.637,19)	(152.426,94)
Despesas de Aluguéis	(126.573,53)	(241.624,70)	(173.801,01)	(331.566,78)
Despesas de Comunicações	(133.811,14)	(258.615,35)	(164.157,20)	(322.393,11)
Despesas de Manutenção e Conservação de Bens	(301.633,80)	(363.204,88)	(71.247,01)	(144.775,07)
Despesas de Material	(2.731,15)	(18.170,30)	(39.294,43)	(74.296,16)
Despesas de Processamento de Dados	(802.412,71)	(1.233.467,01)	(457.564,85)	(875.021,20)
Despesas de Promoções e Relações Públicas	(18.300,00)	(46.501,48)	(315.099,63)	(541.852,47)
Despesas de Propaganda e Publicidade	(41.661,93)	(43.406,25)	(8.380,86)	(18.077,90)
Despesas de Seguros	(4.687,09)	(37.411,51)	(33.973,22)	(55.652,56)
Despesas de Serviços do Sistema Financeiro	(203.141,53)	(380.434,80)	(126.709,36)	(294.341,60)
Despesas de Serviços de Terceiros	(738.684,25)	(1.502.100,57)	(1.946.624,72)	(2.346.797,33)
Despesas de Serviços Técnicos Especializados	(311.724,28)	(823.393,93)	(234.033,96)	(680.560,06)
Despesas de Transporte	(45.171,67)	(56.893,95)	(14.465,48)	(31.693,03)
Despesas de Viagem no País	(12.562,82)	(114.868,64)	(344.636,29)	(655.436,73)
Despesas de Amortização	(505.539,82)	(1.002.384,62)	(338.383,87)	(700.105,45)
Despesas de Depreciação	(211.745,59)	(435.135,68)	(230.716,95)	(486.818,70)
Outras Despesas Administrativas	(158.773,42)	(322.637,62)	(275.331,60)	(445.619,63)
Emolumentos judiciais e cartorários	(3.744,67)	(7.971,87)	(9.111,12)	(17.739,95)
Rateio de despesas da Central	(28.058,94)	(51.441,74)	(29.692,94)	(520.548,82)
Rateio de despesa do Sicoob conf.	(543.421,73)	(1.144.479,26)	(555.298,42)	(561.932,29)
TOTAL	(4.238.131,79)	(8.194.992,63)	(5.445.160,11)	(9.257.655,78)

25. Outras receitas operacionais

Descrição	2º sem 2020	31/12/2020	2º sem 2019	31/12/2019
Recuperação de Encargos e Despesas	150.596,31	155.340,81	403.967,71	483.121,46
Rateio de despesas da central entre filiadas	5.245.833,67	5.245.833,67	12.820.766,81	12.820.766,81
Atualização depósitos judiciais	57.343,29	57.343,29	28.575,34	72.826,97
Outras rendas operacionais	3.434.724,77	14.317.677,27	1.636.348,21	17.100.186,26
TOTAL	8.888.498,04	19.776.195,04	14.889.658,07	30.476.901,50

26. Outras despesas operacionais

Descrição	2º sem 2020	31/12/2020	2º sem 2019	31/12/2019
Outras Despesas Operacionais	(138,76)	(151,26)	(14.609,36)	(39.481,38)
TOTAL	(138,76)	(151,26)	(14.609,36)	(39.481,38)

27. Resultado não operacional

Descrição	2º sem 2020	31/12/2020	2º sem 2019	31/12/2019
Lucro em Transações com Valores de Bens	2.065,66	2.065,66	665,31	58.227,85
Ganhos de Capital	73.403,00	73.403,00	0,00	2.209,36
(-) Prejuízos em Transações com Valores e Bens (a)	(947.967,70)	(947.967,70)	(4.951,87)	(4.951,87)
(-) Perdas de Capital	(34.708,28)	(34.708,28)	0,00	(772,95)
Resultado Líquido	(907.207,32)	(907.207,32)	(4.286,56)	54.712,39

(a) - Trata-se do prejuízo gerado na desmobilização e baixa de benfeitorias da sede da central no 17º andar, conforme plano de reestruturação

28. Partes Relacionadas

As partes relacionadas existentes são as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da cooperativa e membros próximos da família de tais pessoas.

As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica.

As operações com tais partes relacionadas não são relevantes no contexto global das operações da cooperativa, e caracterizam-se basicamente por transações financeiras em regime normal de operações, com observância irrestrita das limitações impostas pelas normas do Banco Central, tais como movimentação de contas correntes, aplicações e resgates de RDC e operações de crédito.

As garantias oferecidas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

a) Montante das operações ativas e passivas no exercício de **2020**:

Montante das Operações Ativas	Valores	% em Relação à Carteira Total	Provisão de Risco
Operações de Crédito	2.486.191,74	46,96%	12.430,96
TOTAL	2.486.191,74	46,96%	12.430,96

Natureza dos Depósitos	Valor do Depósito	% em Relação à Carteira Total
Depósito a Vista	19.935.356,33	41,85%
Depósito a Prazo	464.999.217,72	29,31%

As garantias oferecidas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

A remuneração paga pelos serviços desses profissionais refere-se exclusivamente aos honorários da diretoria, as cédulas de presença dos Conselheiros de Administração e Fiscal e aos correspondentes encargos sociais que no exercício de 2020, somaram R\$ 1.767.152,15 (R\$ 1.868.765,00 em 2019) conforme deliberado em Assembleia Geral Ordinária e foram registrados em despesas de pessoal na demonstração das sobras ou perdas, conforme quadro abaixo:

Benefícios Monetários	2º sem 2020	31/12/2020	2º sem 2019	31/12/2019
Despesas de Honorários - Conselho Fiscal	(56.981,12)	(121.084,88)	(63.097,86)	(124.692,96)
Despesas de Honorários - Diretoria e CONAD	(728.410,91)	(1.409.499,42)	(742.708,27)	(1.423.088,75)
Despesas de Pessoal - Encargos Sociais	(83.277,45)	(236.567,85)	(161.492,29)	(320.983,29)
TOTAL	(868.669,48)	(1.767.152,15)	(967.298,42)	(1.868.765,00)

29. Cooperativa Central

A **CECRES - CENTRAL DAS COOPERATIVAS DE CRÉDITO DO ESTADO DE SÃO PAULO - SICOOB CENTRAL CECRES**, em conjunto com outras cooperativas singulares, é filiada à **CENTRAL COOPERATIVAS CRÉDITO ESTADO DE SÃO PAULO - SICOOB CENTRAL CECRES**, que representa o grupo formado por suas afiliadas perante as autoridades monetárias, organismos governamentais e entidades privadas.

O **SICOOB CENTRAL CECRES**, é uma sociedade cooperativista que tem por objetivo a organização em comum em maior escala dos serviços econômico-financeiros e assistenciais de suas filiadas (cooperativas singulares), integrando e orientando suas atividades, de forma autônoma e independente, através dos instrumentos previstos na legislação pertinente e normas exaradas pelo Banco Central do Brasil, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços, para consecução de seus objetivos.

Para assegurar a consecução de seus objetivos, cabe ao **SICOOB CENTRAL CECRES** a coordenação das atividades de suas filiadas, a difusão e fomento do cooperativismo de crédito, a orientação e aplicação dos recursos captados, a implantação e implementação de controles internos voltados para os sistemas que acompanhem informações econômico-financeiras, operacionais e gerenciais, entre outras.

O **SICOOB CENTRAL CECRES** responde solidariamente pelas obrigações contraídas pelo **SICOOB CENTRAL CECRES** perante terceiros, até o limite do valor das cotas-partes do capital que subscrever, proporcionalmente à sua participação nessas operações.

30. Gerenciamento de Risco

A gestão integrada de riscos e de capital no âmbito das cooperativas do Sicoob é realizada de forma centralizada pelo Sicoob Confederação, abrangendo, no mínimo, os riscos de crédito, mercado, liquidez, operacional, socioambiental, continuidade de negócios e de gerenciamento de capital.

A política institucional de gestão integrada de riscos e de capital, bem como as diretrizes de gerenciamento dos riscos e de capital são aprovados pelo Conselho de Administração do Sicoob Confederação.

A estrutura centralizada de gerenciamento de riscos e de capital é compatível com a natureza das operações e à complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob.

30.1 Risco operacional

O processo de gerenciamento do risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, documentação e armazenamento de informações de perdas operacionais e de recuperação de perdas operacionais, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.

Os resultados desse processo são apresentados à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração.

A metodologia de alocação de capital, utilizada para determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) é a Abordagem do Indicador Básico (BIA).

30.2 Risco de Mercado e de Liquidez

O gerenciamento do risco de mercado é o processo que visa quantificar a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pelas cooperativas, e inclui o risco da variação das taxas de juros e dos preços de ações, para os instrumentos classificados na carteira de negociação (trading) e o risco da variação cambial e dos preços de mercadorias (commodities), para os instrumentos classificados na carteira de negociação ou na carteira bancária (banking).

O processo de gerenciamento do risco de liquidez lida com a possibilidade de a cooperativa não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

No processo de gerenciamento do risco de mercado e da liquidez das cooperativas são realizados os seguintes procedimentos:

- a) utilização do VaR – Value at Risk para mensurar o risco de mercado das cooperativas;
- b) análise de descasamentos entre ativos e passivos para avaliação de impacto na margem financeira das cooperativas;
- c) definição de limite máximo para a exposição à risco de mercado;
- d) realização periódica de backtest do VaR das carteiras das cooperativas e dos modelos de cálculo de risco de mercado;
- e) definição de limite mínimo de liquidez para as cooperativas;

f) projeção do fluxo de caixa das cooperativas para 90 (noventa) dias;

g) diferentes cenários de simulação de perda em situações de stress.

30.3 Gerenciamento de Capital

O gerenciamento de capital é o processo contínuo de monitoramento e controle do capital, mantido pela cooperativa para fazer face aos riscos a que está exposta, visando atingir os objetivos estratégicos estabelecidos.

30.4 Risco de Crédito e Risco Socioambiental

O gerenciamento de risco de crédito objetiva garantir a aderência às normas vigentes, maximizar o uso do capital e minimizar os riscos envolvidos nos negócios de crédito por meio das boas práticas de gestão de riscos.

O gerenciamento do risco socioambiental consiste na identificação, classificação, avaliação e no tratamento dos riscos com possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de danos socioambientais.

Compete ao gestor centralizado (Sicoob Confederação) a padronização de processos, de metodologias de análises de risco de clientes e de operações, da criação e de manutenção de política única de risco de crédito e socioambiental para o Sicoob, além do monitoramento das carteiras de crédito das cooperativas.

30.5 Gestão de Continuidade de Negócios

A Gestão de Continuidade de Negócios (GCN) é um processo abrangente de gestão que identifica ameaças potenciais de descontinuidade das operações de negócios para a organização e possíveis impactos, caso essas ameaças se concretizem.

O Sicoob Confederação realiza Análise de Impacto (AIN) para identificar processos críticos sistêmicos, com objetivo de definir estratégias para continuidade desses processos e, assim, resguardar o negócio de interrupções prolongadas que possam ameaçar sua continuidade.

O resultado da AIN é baseado nos impactos financeiro, legal e de imagem.

São elaborados, anualmente, Planos de Continuidade de Negócios (PCN) contendo os principais procedimentos a serem executados para manter as atividades em funcionamento em momentos de contingência. Os Planos de Continuidade de Negócios são classificados em: Plano de Continuidade Operacional (PCO) e Plano de Recuperação de Desastre (PRD).

Visando garantir sua efetividade, são realizados anualmente testes nos Planos de Continuidade de Negócios (PCN).

31. Seguros contratados – Não auditado

A Cooperativa adota política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotados, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis, conseqüentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

32. Índice de Basileia

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, o valor do Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos da Resolução CMN nº. 4.192, de 01/03/2013, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado abaixo cálculo dos limites:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Patrimônio de Referência (PR)	25.769.589,78	33.489.660,59
Índice de Basileia (IB) - %	16,63%	16,36%
Índice de Grau de Imobilização (GI) - %	18,09%	12,91%

33. Benefícios a empregados

A Cecresp é patrocinadora de um plano de previdência complementar para seus funcionários e administradores, na modalidade Sicoob Multi Institucional (CNPB 20.070.023-29). O plano é administrado pela Fundação Sicoob de Previdência Privada – Sicoob Previ.

As contribuições dos funcionários e administradores da Cecresp são equivalentes a no mínimo 1% do salário.

As despesas com contribuições efetuadas durante o exercício de 2020, totalizaram R\$ 58.413,12.

34. Provisão para demandas judiciais

É estabelecida considerando a avaliação dos consultores jurídicos quanto às chances de êxito em determinados questionamentos fiscais e trabalhistas em que a cooperativa é parte envolvida. Dessa forma, são constituídas as seguintes provisões:

Descrição	31/12/2020		31/12/2019	
	Provisão Demandas	Depósitos	Provisão para Demandas	Depósitos
Trabalhistas	-	-	38.207,78	40.111,60
Fiscais	-	2.444.881,98	-	2.345.579,58
Outros	-	-	-	-
TOTAL	-	2.444.881,98	38.207,78	2.388.391,18

Segundo a assessoria jurídica do SICOOB CENTRAL CECRESP, não existem processos judiciais nos quais a cooperativa figura como polo passivo, classificados com risco de perda provável ou possível.

35. Eventos subsequentes

Após o encerramento do exercício de 31 de dezembro de 2020, o Conselho de Administração, aprovou as desfiliações das singulares C.E.C.M. DOS EMPRESÁRIOS DE LEME - SICOOB CREDIACIL, CECMF DA ASS. E CONG. DE SANTA CATARINA – SICOOB SANTA, C.C.M. DOS EMPREGADOS DA EMBRAER, representando 15,39% do Patrimônio Líquido do Sicoob Central Cecresp, apurado na data-base de 31 de dezembro de 2020. Houve também pedidos de desligamentos das cooperativas filiadas C.C.M. EMP MAG. LUIZA, EMP. CONT. E COLIGADAS e CECM EMPRESARIOS DE PRESIDENTE PRUDENTE E REGIÃO – SICOOB PAULISTA, que estão em fase de análise pelo Conselho de Administração, tendo esses eventos sido informados tempestivamente à todas as partes interessadas através de canais oficiais da instituição.

São Paulo, 28 de fevereiro de 2021



**ROBERVAL FERREIRA FRANCA
DIRETOR PRESIDENTE**

**FERNANDO GUGLIELMELLI DA SILVA
CONTADOR 1SP251999/O-4**

RELATÓRIO DE AUDITORIA SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ao Conselho de Administração, à Administração e às Associadas da Central das Cooperativas de Crédito do Estado de São Paulo – Sicoob Central Cecresp
São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Central das Cooperativas de Crédito do Estado de São Paulo – Sicoob Central Cecresp, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Sicoob Central Cecresp em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

Identificamos e avaliamos o risco de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, e conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

Obtemos o entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da cooperativa.

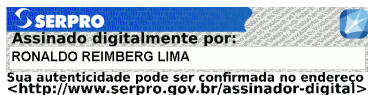
Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possam levantar dúvida significativa em relação a capacidade de continuidade operacional da cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.

Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo/SP, 28 de fevereiro de 2021.



Ronaldo Reimberg Lima
Contador – CRC 1SP215393/O-1

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Associados,

Submetemos à apreciação de V.S. as demonstrações contábeis do exercício de 2020 da CENTRAL DAS COOPERATIVAS DE CRÉDITO DO ESTADO DE SÃO PAULO - SICOOB CENTRAL CECRESP, na forma da legislação em vigor.

1. Política Operacional

Em 2020 o SICOOB CENTRAL CECRESP completou 30 anos atuando como uma cooperativa central de crédito que tem por objetivo a organização em comum e em maior escala dos serviços econômico-financeiros e assistenciais de interesse de suas filiadas, integrando e orientando suas atividades e facilitando a utilização recíproca de seus serviços, na base territorial do Estado de São Paulo.

2. Avaliação de Resultados

No exercício de 2020, obteve um resultado de R\$ 2.369.549,63 representando um retorno sobre o patrimônio líquido de 1,76%.

3. Ativos

Os recursos aplicados em Depósitos Interfinanceiros e Títulos e Valores Mobiliários somaram R\$ 1.638.450.344,86. Por sua vez a carteira de créditos representava R\$ 5.294.011,60.

O maior devedor representava, na data-base de 31/12/2020, o percentual de 46,96% da carteira, totalizando R\$ 2.486.191,74.

4. Captação

As captações de recursos junto às cooperativas singulares filiadas somavam o total de R\$ 1.634.105.667,78.

O maior aplicador representava, na data base de 31/12/2020, o percentual de 10% da centralização financeira, totalizando R\$ 163.525.573,85 aplicados.

5. Patrimônio de Referência

O Patrimônio de Referência do SICOOB CENTRAL CECRESP era de R\$ 25.769.589,78. O quadro de cooperados era composto por 63 cooperativas filiadas, havendo uma redução de 23,17% em relação ao mesmo período do exercício anterior, que era de 82.

6. Política de Crédito

A concessão de crédito está pautada em prévia análise do propenso tomador, havendo limites de alçadas pré-estabelecidos a serem observados e cumpridos, cercando ainda a cooperativa de todas as consultas cadastrais e com análise do risco do associado e de suas operações por meio do "RATING" (ponderação da probabilidade de perda do tomador pela garantia fornecida), buscando assim garantir ao máximo a liquidez das operações.

O SICOOB CENTRAL CECRESP adota a política de classificação de crédito de sua carteira de acordo com as diretrizes estabelecidas na Resolução CMN nº 2.682/1999, havendo uma concentração de 100% no nível de “A”.

7. Governança Corporativa

Governança corporativa é o conjunto de mecanismos e controles, internos e externos, que permitem aos associados definir e assegurar a execução dos objetivos da Cooperativa, garantindo a sua continuidade, os princípios cooperativistas ou, simplesmente, a adoção de boas práticas de gestão.

Nesse sentido, a administração da Cooperativa tem na assembleia geral, que é a reunião de todos os associados, o poder maior de decisão.

A gestão da Cooperativa está alicerçada em papéis definidos, com clara separação de funções. Cabe ao Conselho de Administração as decisões estratégicas e à Diretoria Executiva a gestão dos negócios da Cooperativa no seu dia a dia.

A Central possui um agente de controles internos, supervisionado diretamente pelo SICOOB CONFEDERAÇÃO, que, por sua vez, faz as auditorias internas.

Os balanços da cooperativa são auditados por auditor externo, que emite relatórios, levados ao conhecimento do conselho e da diretoria. Todos esses processos são acompanhados e fiscalizados pelo Banco Central do Brasil, órgão ao qual cabe a competência de fiscalizar a Cooperativa.

Estes mecanismos de controle, além de necessários, são fundamentais para levar aos associados e à sociedade em geral a transparência da gestão e de todas as atividades desenvolvidas pela instituição.

8. Conselho Fiscal

Eleito a cada três anos, com mandato até a Assembleia Geral de 2021, o conselho fiscal tem função complementar à (do conselho de administração ou da diretoria). Sua responsabilidade é verificar de forma sistemática os atos da administração da cooperativa, bem como validar seus balancetes mensais e seu balanço patrimonial anual.

9. Código de Ética

Todos os integrantes da equipe do SICOOB CENTRAL CECRESP aderiram, por meio de compromisso firmado, ao código de ética e de conduta profissional proposto pela Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB – SICOOB CONFEDERAÇÃO. A partir de então, todos os novos funcionários, ao ingressar na cooperativa, assumem o mesmo compromisso.

10. Sistema de Ouvidoria

A ouvidoria, constituída em 2007 representou um importante avanço a serviço dos cooperados, dispõe de diretor responsável pela área e de um ouvidor. Atende às manifestações recebidas por meio do sistema de ouvidoria do SICOOB, composto por sistema tecnológico específico, atendimento via DDG 0800 e sítio na internet integrado com o sistema informatizado de ouvidoria tendo a atribuição de assegurar o cumprimento das normas relacionadas aos direitos dos usuários de nossos produtos, além de atuar como canal de comunicação com os nossos cooperados e

integrantes das comunidades onde estamos presentes. Em 2020, a ouvidoria do SICOOB CENTRAL CECRESP, não registrou manifestações de cooperativas filiadas sobre a qualidade dos produtos e serviços oferecidos pela Cooperativa

Agradecimentos

Agradecemos aos nossos associados pela preferência e confiança e aos funcionários e colaboradores pela dedicação.

São Paulo, 5 de março de 2021.

ROBERVAL FERREIRA FRANCA

DIRETOR PRESIDENTE

FERNANDO GUGLIELMELLI DA SILVA

CONTADOR SP-251999/O-4